

## **Artigo: Retrospecto ou pequeno resgate histórico**

*Suêko Cecília Uski – Auditora-Fiscal do Trabalho*

Completei mais um ciclo em minha vida: aposentei. Mas continuo apaixonada pela fiscalização, em especial o combate ao trabalho escravo, fiscalização em que me envolvi nos últimos doze anos de minha carreira.

Tive o privilégio de ter iniciado esse trabalho com uma das pioneiras da fiscalização móvel, Valdeez Maria Monte Rodrigues, uma grande mestra, ousada, briguenta, destemida, mas com um coração do tamanho de sua luta pelas classes menos favorecidas.

A criação dos Grupos Móveis de Fiscalização se deu em maio de 1995, na primeira gestão da colega Ruth Beatriz Vasconcelos Vilela, como Secretária da Inspeção do Trabalho. Esses grupos, com subordinação e centralização direta à Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, tinha por objetivo a preservação da segurança e impessoalidade dos Auditores-Fiscais das regionais e a tentativa de se evitar pressões políticas de toda sorte. Ruth Vilela, uma grande visionária, por quem tenho profunda admiração.

Outros dois colegas que merecem destaque nesta luta são: João Batista Gomes da Silva e Cláudio Sechin, além, é claro, de todos aqueles que participam ou já participaram de pelo menos uma fiscalização da “móvel”.

João Batista, quando ocupou o cargo de sub-coordenador, inconformado com a situação daqueles trabalhadores resgatados pelos grupos móveis que eram abandonados pelo aliciador, o “gato”, e pelo fazendeiro, e voltavam para os seus locais de origem sem nenhum ganho financeiro, propôs a extensão do benefício do Seguro-Desemprego a esses trabalhadores. Assim, foi criado o Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado.

E Cláudio Sechin, colega extremamente comprometido e com ideias inovadoras, no período em que chefiou a Detrae (e também ocupou o cargo de assessor da SIT e hoje coordenador da “móvel”), indignou-se com o conteúdo dos relatórios elaborados pelos coordenadores com fotos e relatos de que fazendas flagradas com trabalho escravo recebiam financiamentos do governo estadual e federal. Foi iniciativa sua a criação da “Lista Suja”, em que todos aqueles empregadores que fossem condenados pela prática do trabalho escravo perderiam incentivos do governo. Hoje o Cadastro de Empresas e Pessoas Autuadas por Exploração de Trabalho Escravo é pública e figura no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em março de 2003 foi lançado o primeiro Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, no Palácio do Planalto, com toda pompa e toda honra, na presença do recém empossado presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que até brincou com a nossa colega Ruth dizendo que “os melhores perfumes encontram-se nos menores frascos”. No mês anterior, já tínhamos tido uma audiência com o presidente Lula, que queria conhecer o trabalho da fiscalização móvel. Em sua sala no Palácio do Planalto,

com a equipe móvel reunida, lembro-me do Presidente perguntar ao Ricciotti (Piana Filho – Médico do Trabalho): “mas não dá para colocar essa gente na cadeia?” Bons tempos aqueles.

Depois vieram os manuais de procedimentos elaborados e aperfeiçoados pela SIT, uniformizando a conduta dos grupos móveis, a intensificação das parcerias com outras entidades: Ministério Público do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Polícia Federal, Ministério Público Federal, entidades civis. E também a alteração do art. 149 do Código Penal, a criação da Conatrae - Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e posteriormente algumas representações estaduais - as COETRAEs.

O resgate do trabalhador da condição análoga à de escravo, iniciado pela fiscalização móvel ainda hoje permanece, vem se perpetuando pelas diversas regionais e serviu também de modelo na implantação do projeto Combate ao Trabalho Escravo Urbano em São Paulo, em julho de 2009. Tivemos que adaptá-lo ao perfil do trabalhador encontrado, o imigrante indocumentado.

Foi com a colega Ana Palmira Arruda Camargo na chefia da Fiscalização Estadual, sob a coordenação do brilhante articulador Renato Bignami, que já ocupou o cargo de Secretário-adjunto na SIT, que se iniciaram as conversações com as mais diversas entidades relacionadas e o mapeamento do problema na área da confecção têxtil em pleno centro de São Paulo. Ingressei neste projeto com a experiência adquirida na fiscalização e chefia da móvel.

Outra contribuição valiosa para esse projeto foi a do colega Luís Alexandre de Faria, especialista nas fiscalizações de combate a fraude, que trouxe seu conhecimento e experiência no monitoramento da cadeia produtiva. Ressalto também a participação dos colegas da Segur, especialmente a Médica do Trabalho Teresinha Aparecida Dias.

Mas, apesar de todos esses avanços, parece que o problema não se acaba, só se alastra. Então como acabar com esse mal?

A experiência e vivência como Auditora Fiscal do Trabalho me mostraram que é através da luta incansável dos Auditores-Fiscais, daqueles que realmente acreditam que esse mal ainda existe e precisa ser exterminado, dos instrumentos legais que ao longo do tempo vêm sendo criados e aperfeiçoados e, principalmente, da experiência passada e fiscalizações compartilhadas entre os próprios auditores. Fiscal é que ensina fiscal.